



POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A FORMAÇÃO E O TRABALHO DOCENTE NA AMÉRICA LATINA NO ÂMBITO DOS PROJETOS EM DISPUTA

O PIBID COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA NO CONTEXTO DE RECONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Cindy Alanis Santos Souza

UESB

sscindy4@gmail.com

Emiliana Santana Maia

UESB

emilesantana@gmail.com

Leila Pio Mororó

UESB

leila.mororo@uesb.edu.br

Beatriz dos Santos Pinheiro Cangussu

UESB

cangussubsp@gmail.com

Resumo

Parte das reflexões apresentadas neste texto deriva de duas pesquisas vinculadas ao Mestrado em Educação, e tem como objetivo analisar as produções científicas sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) que referendam a possibilidade desse programa de se constituir como uma ação de política pública que, pensada inicialmente para tornar a relação universidade e escola da educação básica um componente importante na formação inicial de novos docentes e na formação continuada dos professores experientes, pode, no contexto atual fazer frente aos desafios impostos pelo avanço do neoconservadorismo nas políticas públicas educacionais favorecendo a construção e a resistência de/para uma formação docente socialmente referenciada.

Pensar a formação inicial e continuada de professores, implica compreender como as políticas públicas educacionais se organizam a partir das dinâmicas do capitalismo e sua influência nas demandas impostas pelo mercado de trabalho. Inserida em um cenário complexo, a formação de professores no Brasil é atravessada por problemas de precarização do trabalho docente, de cortes no financiamento público da educação, por



políticas públicas fragilizadas, assim, trilha caminhos que estão imbricados em contradições histórias tensionadas por interesses públicos e privados.

Dentre essas contradições, destaca-se a centralidade que a formação de professores adquiriu a partir das reformas educativas nacionais ocorridas na década de 1990. Nessas reformas, consolidou-se a noção, que se tornou hegemônica, de que o aumento do tempo de formação docente, refletido na exigência de graus de titulação cada vez mais elevados e no cumprimento de extensas cargas horárias de eventos de formação continuada, seria o elemento-chave para melhorar a qualidade do ensino no país. Essa qualidade, medida quantitativamente por meio de múltiplas avaliações externas ao processo pedagógico, tem limitado o trabalho docente e reduzido sua formação a aspectos meramente técnicos. Nesse cenário, reivindicações históricas do movimento docente pelo reconhecimento da formação como um direito até chegaram a compor as políticas públicas, mas foram esvaziadas e descaracterizadas pelo retorno ao pragmatismo e ao tecnicismo, acentuando o caráter antagonico e, muitas vezes, irreconciliável entre a luta coletiva dos professores e as propostas oficiais para a formação docente.

Em um dos poucos momentos dessa história, no qual o antagonismo parecia ter encontrado um ponto de conciliação entre os diferentes projetos para a formação de professores, surge o PIBID, em 2010 (Brasil, 2010); que como política pública visa qualificar a formação docente e promover a articulação entre as universidades e as escolas públicas.

Segundo Dantas (2013), desde então o PIBID vem se tornando uma política pública bastante significativa na valorização do magistério, uma vez que as experiências metodológicas realizadas no programa são inovadoras, além de promover oportunidades de transformação, ou até de rompimento, com os modelos de formação vigentes, já que proporciona a integração concreta entre a universidade e a escola de educação básica. Outras pesquisas (Bartochak; Sanfelice, 2023) coadunam as afirmativas da autora, entretanto, em que se pese os seus resultados comprovadamente bem sucedidos, o PIBID, nos seus quinze anos de existência, enfrenta diversos desafios. Dentre eles, destaca-se o avanço do neoconservadorismo, que ao se articular com setores políticos e religiosos no parlamento, exerce influência e gera ataques à educação pública, às políticas



educacionais, à autonomia dos professores e ao currículo, ocasionando impactos sociais e culturais (Silva *et al*, 2020).

Ideologicamente alinhado com o projeto de Estado mínimo para as políticas sociais, o avanço das ideias neoconservadoras tem promovido, em diversas partes do mundo, uma reorientação das políticas educacionais. Especificamente no Brasil, esse projeto, atrelado ao avanço da mercantilização da educação, busca enfraquecer o papel das universidades públicas, atacando sua autonomia, ora de forma direta através tanto da aprovação, de forma unilateral e coercitiva, de diretrizes legais e por ameaças de cortes do financiamento de programas mantidos por verbas de editais, ora de forma indireta através de ataques midiáticos que desvalorizam as instituições públicas e a produção científica.

Assim, questionamos de que forma o PIBID pode possibilitar uma formação docente, inicial e continuada, ancorada em pressupostos progressistas, configurando-se como uma alternativa de resistência aos desafios impostos pelo avanço do neoconservadorismo nas políticas públicas educacionais. Marques (2016) aponta que o programa favorece a compreensão do trabalho docente de forma articulada à relação teoria e prática, envolvendo bolsistas, professores da educação básica e docentes das instituições de ensino superior. Segundo o autor, essa dinâmica estimula reflexões sobre as práticas pedagógicas, o que contribui para a melhoria qualitativa tanto da formação inicial quanto da formação continuada de professores da educação básica e das instituições de Ensino Superior (IES).

As possibilidades, portanto, se encontram justamente na manutenção da intenção original do programa, mas avançando no sentido de se fazer de forma bem articulada com as propostas pedagógicas para a formação de professores das IES, através dos seus documentos institucionais, e alinhando à concepção de desenvolvimento profissional construídas no interior das escolas de educação básica pelos professores experientes. Para tanto, é importante que a formação esteja socialmente referenciada e em oposição à formação unilateral provocada pelo trabalho alienado e pela divisão social do trabalho; assim, a educação deve visar o desenvolvimento pleno do indivíduo, no caso dos professores, trabalhar aportes científicos, culturais e políticos.



No contexto das políticas de formação de professores o PIBID pode ser uma ferramenta que fortalece a Educação, através de um processo formativo docente bem estruturado, afim de combater os avanços neoconservadores nas políticas públicas educacionais e nas salas de aula de todas as modalidades de ensino. No entanto, vale ressaltar, a resistência só se constitui a partir de um coletivo organizado. Isso ficou provado através dos diversos movimentos de educadores que lutaram pela manutenção do programa e, nos últimos anos, por sua ampliação na duração nos cursos de licenciatura.

Palavras-chave: Política de formação de professores. PIBID. Neoconservadorismo.

REFERÊNCIAS

BARTOCHAK, Ântony Vinícius; SANFELICE, Gustavo Roese. Impactos da política pública do Pibid nas trajetórias formativas de ex-bolsistas: uma revisão de literatura. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 104, p. e5597, 2023.

BRASIL. *Portaria nº 72*, de 09/04/2010.

DANTAS, Larissa Kely. *Iniciação à Docência na UFMT: contribuições do PIBID na formação de professores de química* 10/07/2013 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013.

MARQUES, Eveline Ignacio da Silva. *A construção do trabalho docente na articulação teoria e prática: a experiência do PIBID* 13/10/2016 162 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, Daniela Oliveira Vidal da; BRITO, Vera Lúcia Fernandes de; NUNES, Claudio Pinto. Neoconservadorismo e educação brasileira. *Educação e Fronteiras*, Dourados, v. 10, n. 30, p. 25–41, 2020.